

Fabricando a miséria para depois explora-la

Os pais de alunos que foram levar seus filhos ontem às escolas públicas estaduais para o início do ano letivo puderam ver e sentir de perto a dimensão da demagogia e da irresponsabilidade com que o sr. Orestes Quércia trata as questões da administração pública. Por um decreto do governador, assinado em janeiro e divulgado com toda a festividade do costume num anúncio de dez minutos de duração (pago com o dinheiro do contribuinte) no horário nobre da televisão, esta segunda-feira seria o primeiro dia da Jornada Única de Trabalho para o ciclo básico (1º e 2º anos), em que as cerca de 1,5 milhão de crianças matriculadas passariam a ficar seis horas nas escolas do Estado em lugar das tradicionais três horas e meia dos anos passados. E com direito a "atividades artísticas, recreação e três refeições nesse período — café da manhã, lanche e almoço".

No papel e no show de televisão do animador Orestes Quércia é tudo muito bonito. Os formuladores do decreto esqueceram-se apenas de um pequeno detalhe que, por acaso, é o mais importante: prover as escolas estaduais de condições materiais mínimas para suprir as exigências do novo programa da Secretaria da Educação. Na quase totalidade dos estabelecimentos de ensino reabertos ontem não havia a menor possibilidade de atender aos alunos que serão "beneficiados" pelo programa: faltavam professores, canteiros, alimentos, pratos e carteiras. Os depoimentos de diretores dessas escolas que o Estado de S. Paulo publicou no domingo e o Jornal da Tarde ontem são eloquentes.

Na EEPG Tito Prates da Fonseca, por exemplo, os alunos teriam que comer em pé e para fazer o almoço da semana inteira só havia macarrão. Um luxo: na EEPSC Davina Aguiar, no Capão Redondo, o prato único que esperava as crianças era biscoito.

Na periferia de Campinas, a EEPSC Reverendo José Carlos Nogueira, que recebia uma verba mensal de oito mil cruzados para despesas com material pedagógico e de limpeza, este ano ainda não viu um tostão dessa verba e até domingo nem ao menos havia sido comunicada sobre o novo projeto. Três escolas em São José do Rio Preto e uma em Votuporanga não têm condições de instituir a jornada única: para atender a todos os alunos matriculados elas precisam funcionar em quatro turnos. O quadro é idêntico em toda a rede.

E não é só isso: não houve a menor preocupação em treinar os professores, orientar os dirigentes das escolas e preparar um programa para cobrir as seis horas que os alunos passarão lá. Tanto que a dúvida da maioria dos professores ontem era o que fazer na sala de aula para preencher todo esse tempo. Além do mais, um problema grave não foi resolvido: o do salário dos professores, que é sabidamente aviltante. Esses professores, para melhorar um pouco seus rendimentos, normalmente cumpriram jornadas em duas escolas, num total de 45 horas semanais. Com o novo programa da Secretaria da Educação passarão a trabalhar 40 horas num único estabelecimento e terão seus salários reduzidos.

Alega a entourage do sr. Quércia que esta medida estava sendo estudada há seis meses, mas o que os fatos mostram é que foi mais uma decisão tomada na última hora tendo em vista exclusivamente as enormes possibilidades que ela oferece para exploração propagandística demagógica e sem nenhuma consideração séria para as suas implicações práticas, sobretudo neste momento em que a Nação toma consciência, alarmada, das reais proporções do déficit público monstro que esta "Nova" República, à força de queridas como esta, jogou sobre as costas da população sob a forma desta inflação que está fabricando miséria numa velocidade recorde em toda a nossa história.

Como sempre, o menor custo — ainda que não o menos imoral — do último "lance" imaginado pelo inquilino do Palácio dos Bandeirantes para alimentar seus sonhos presidenciais será a propaganda que ele veiculará a respeito. A Secretaria da Educação calcula — muito por baixo, como sempre — que serão necessários 12 bilhões de cruzados para cobrir os custos de reforma e ampliação das escolas e para a compra de alimentos, além da contratação de 12 mil serventes, inspetores e escriturários (aqueles que estão "terminantemente proibidas"). Como sempre acontece com os projetos deste probó administrador de recursos públicos que é o nosso governador, nenhuma destas verbas está prevista nos projetos. E como — assim como acontece com os demais estados e também com a União — o sr. Quércia não arrecada hoje mais que o suficiente para honrar a folha de salários de sua administração depois que ela foi acrescentada dos nomes da legião dos seus parentes, amigos e cabos eleitorais, já se vê quem acabará recebendo mais esta conta. O ministro Mâslson da Nóbrega que perca as ilusões quanto às possibilidades de sucesso da sua guerra antiinflacionária, enquanto estiver a serviço de um governo dominado pelo partido onde as estrelas que mais brilham são da magnitude do nosso governador...

Os professores da rede estadual de ensino, enquanto preparam a sua próxima greve, perguntam-se por que o sr. Quércia não implantou um projeto de tais dimensões por etapas, com tempo para pelo menos treinar professores, preparar as escolas e aparelhar-se para não decepcionar esta parcela tão sofrida da população brasileira que são as crianças carentes (e aqui não entramos no mérito da discussão a respeito de se a melhor maneira de atendê-las é com este tipo de assistencialismo que sempre se traduz em muito pouco alívio, muita dependência e corrupção maior ainda...). A resposta é muito simples: este, como dissemos, não é um programa que visa atender às crianças carentes ou a resolver os problemas do ensino estatal, mas sim a fornecer matéria para a propaganda eleitoral do sr. Quércia. E sendo assim, como poderia ele deixá-lo para 89 se as eleições presidenciais ainda poderão ser este ano?

Se quisesse realmente aliviar a miséria de crianças carentes, professores mal pagos e brasileiros em geral — miséria que é criada e multiplicada pela inflação — não estaria fazendo ginásticas para arrochar ainda mais os salários indignos que paga aos seus funcionários ou para distribuir comida, mas sim tratando de aliviar os contribuintes dos milhares de funcionários ociosos que continua contratando e que dividem os parcos recursos existentes com os que trabalham a sério e para livrar o orçamento público deste escandaloso foco de pressão inflacionária. Mas, na visão estreita do sr. Quércia, isto não dá voto. Assim, o que ele tem feito é precisamente o contrário: segundo a Secretaria da Administração Pública, em Brasília, ele foi o campeão das contratações no ano passado e, portanto, o campeão da explosão do déficit público (salários foi a conta que mais cresceu) que gera esta inflação que tira a comida do prato de milhões de crianças brasileiras.

É isto que ele tenta encobrir explorando a miséria que ele próprio fabrica, gastando ainda mais para anunciar aos quatro ventos ilusões como esta Jornada Única de Trabalho.

9 FEVEREIRO DE 1968

CORREIO BRAZILIENSE

10 FEVEREIRO DE 1968